



AJUSTE FISCAL EM TEMPOS DE RECESSÃO: ESTRATÉGIAS DE UMA TRAJETÓRIA RESPONSÁVEL



CENÁRIO DE CRISE

1

Crise Econômica Nacional

O Brasil vive a maior recessão de sua história, 13,5 milhões de desempregados e queda no PIB.

2

Rombo no Orçamento

Com um rombo calculado em R\$ 6,5 bilhões, a primeira medida para evitar que as finanças entrassem em colapso foi cortar substancialmente as despesas.

3

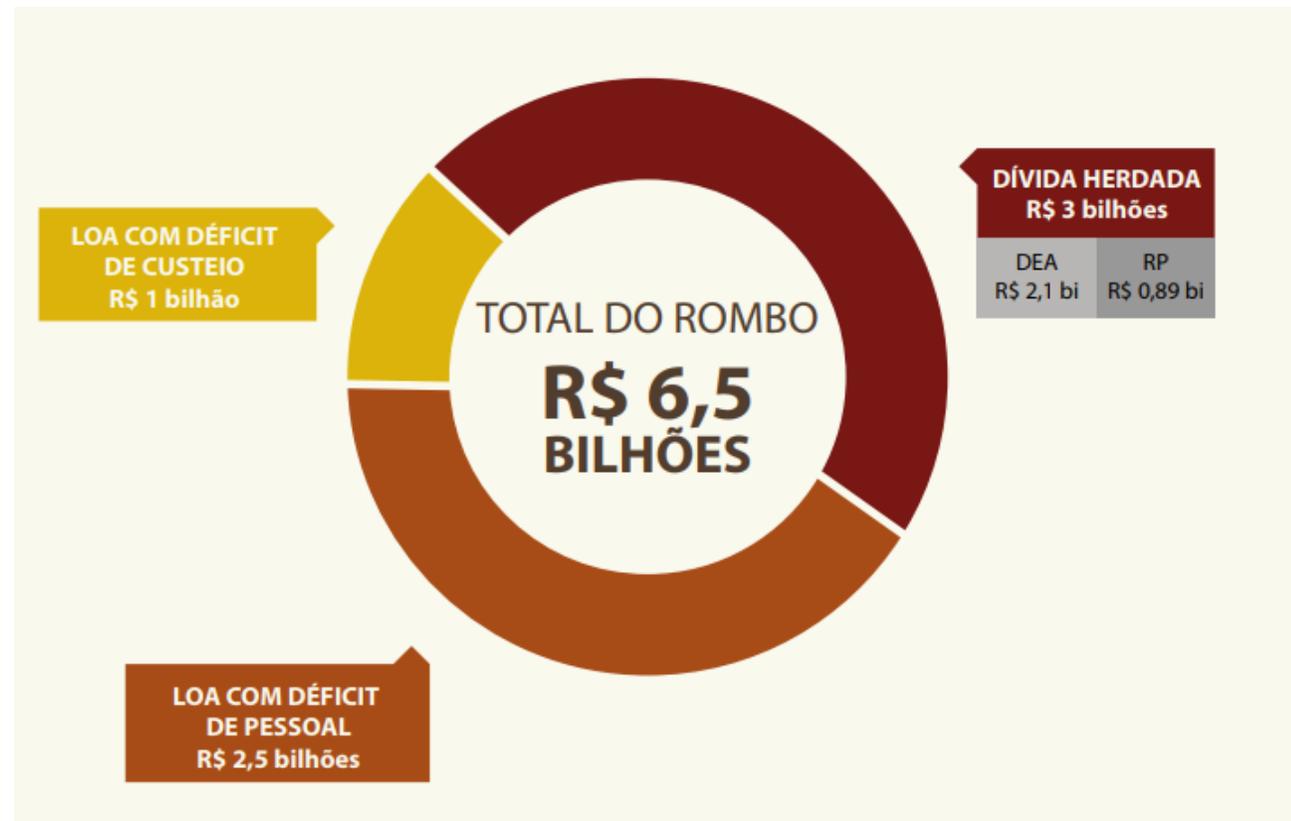
Lei de Responsabilidade Fiscal

O governo de Brasília ultrapassou o limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com salários chegando a 50,8%.

4

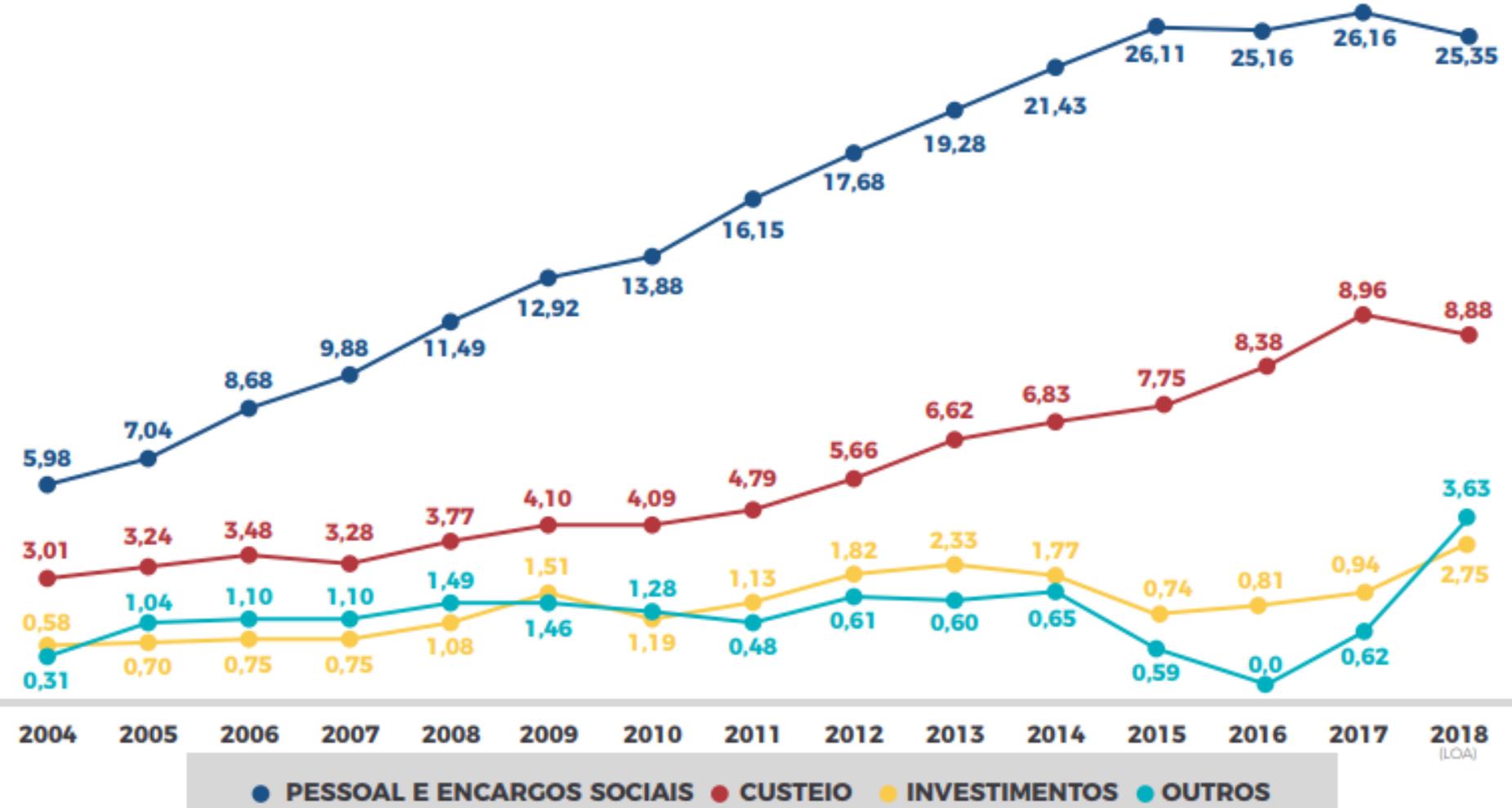
Perdas de Receitas Federais

O governo perdeu repasses federais da ordem de 1 bilhão



EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO: TESOURO FCDF (NOMINAL)

9,88 12,02 14,01 15,01 17,83 20,00 20,44 22,55 25,77 28,83 30,67 35,19 34,35 36,68 40,58

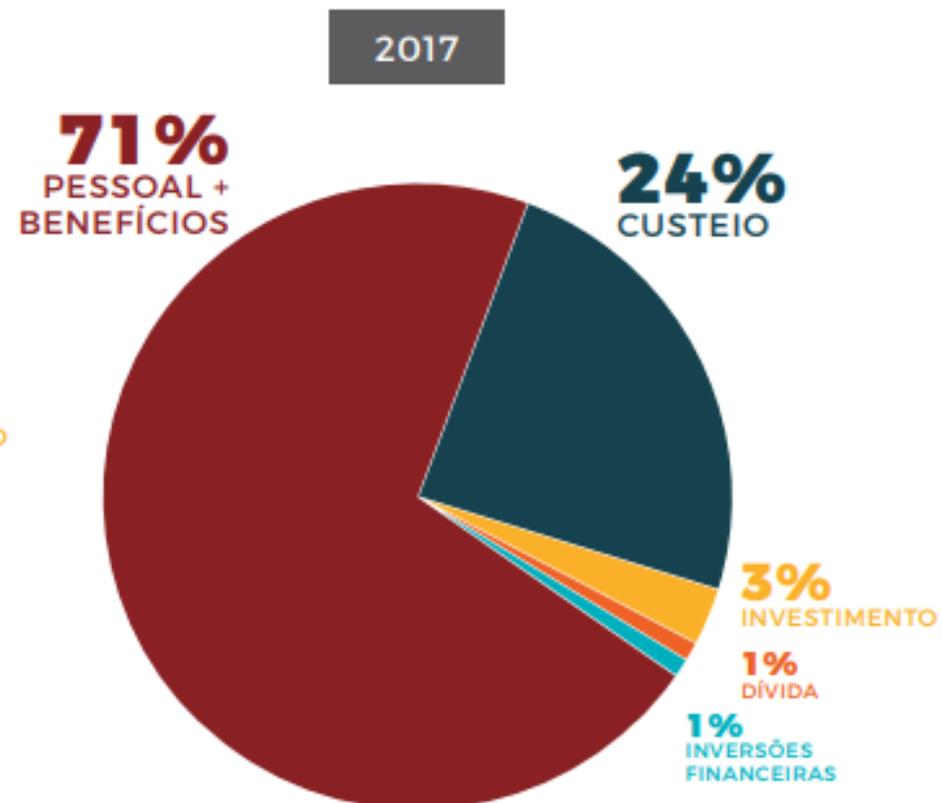
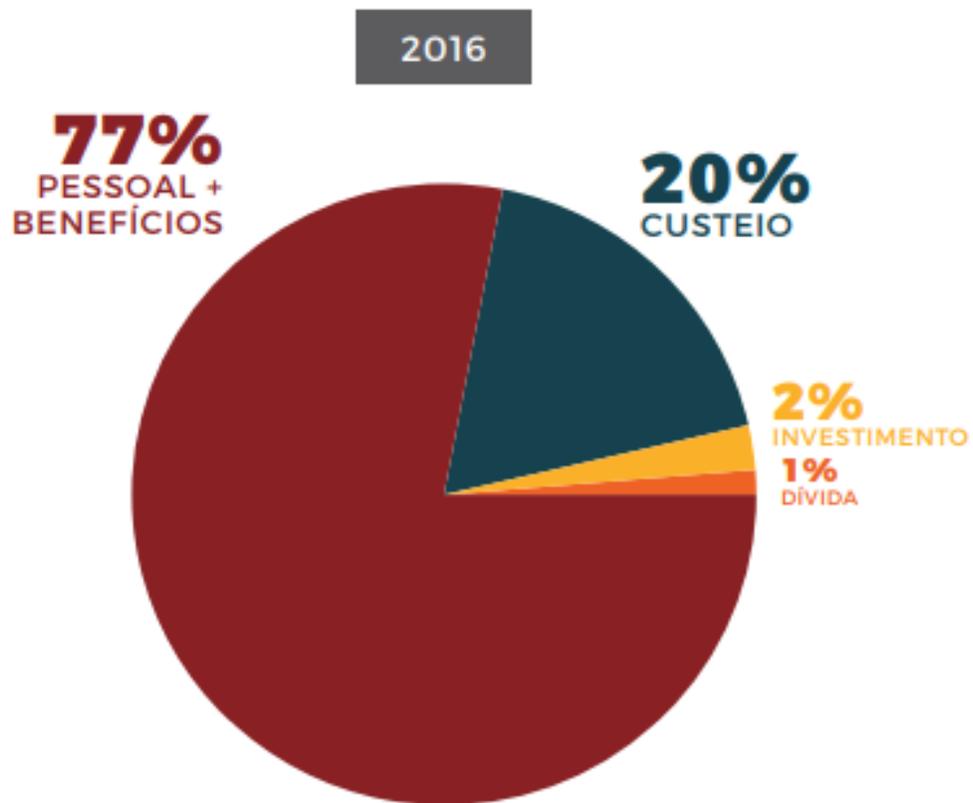


A



GASTO DO ORÇAMENTO

A



RESULTADO PRIMÁRIO



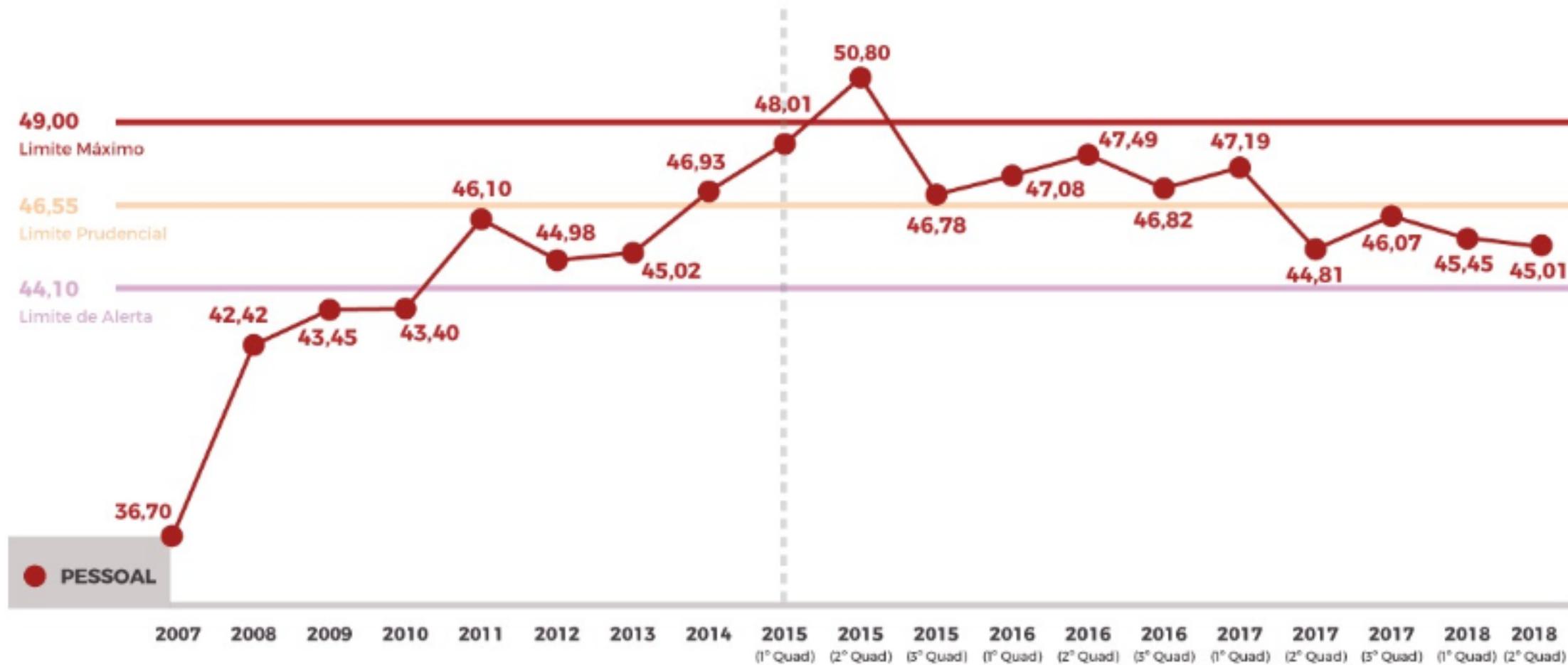
A

RESULTADO PRIMÁRIO



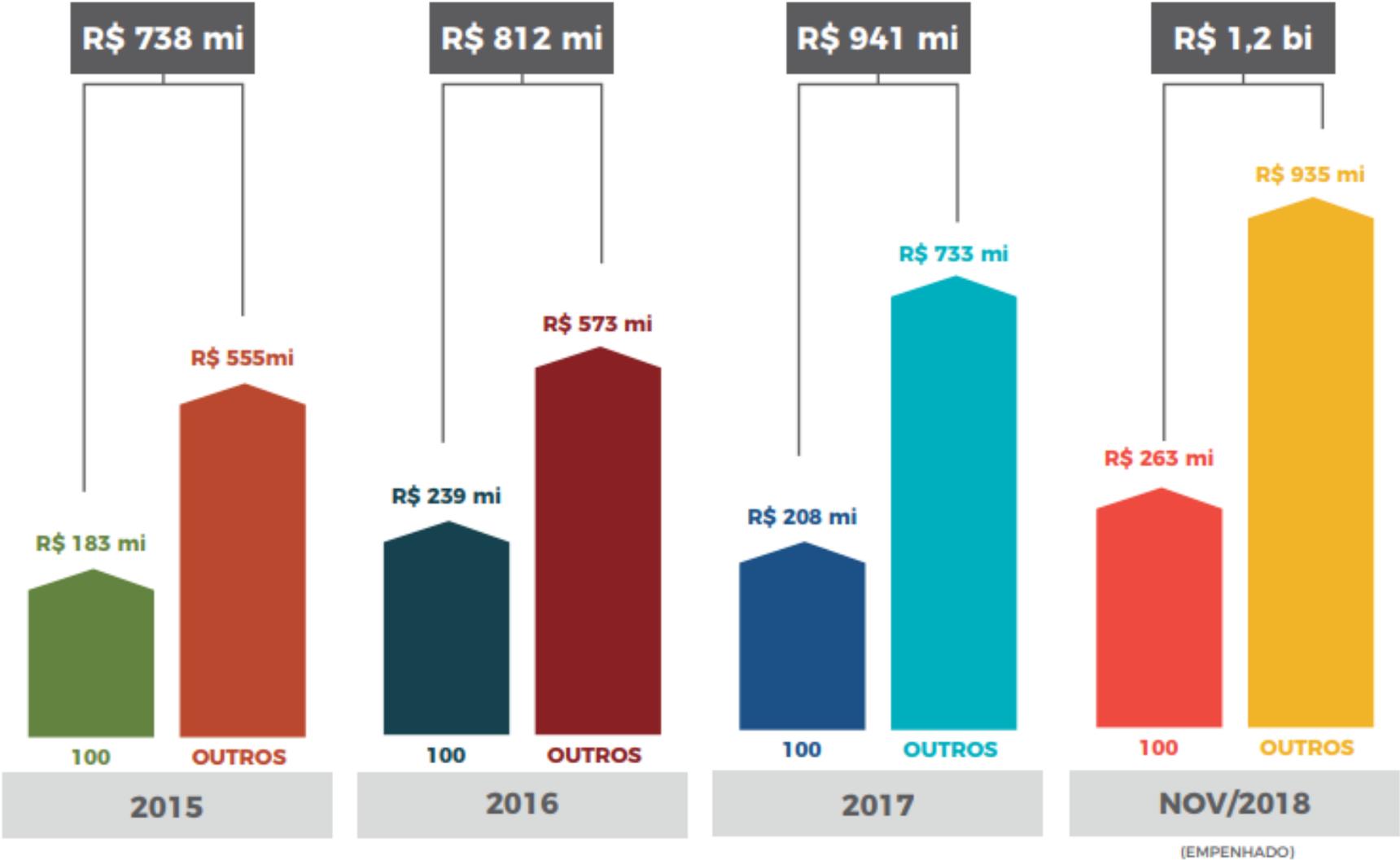
EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EM %

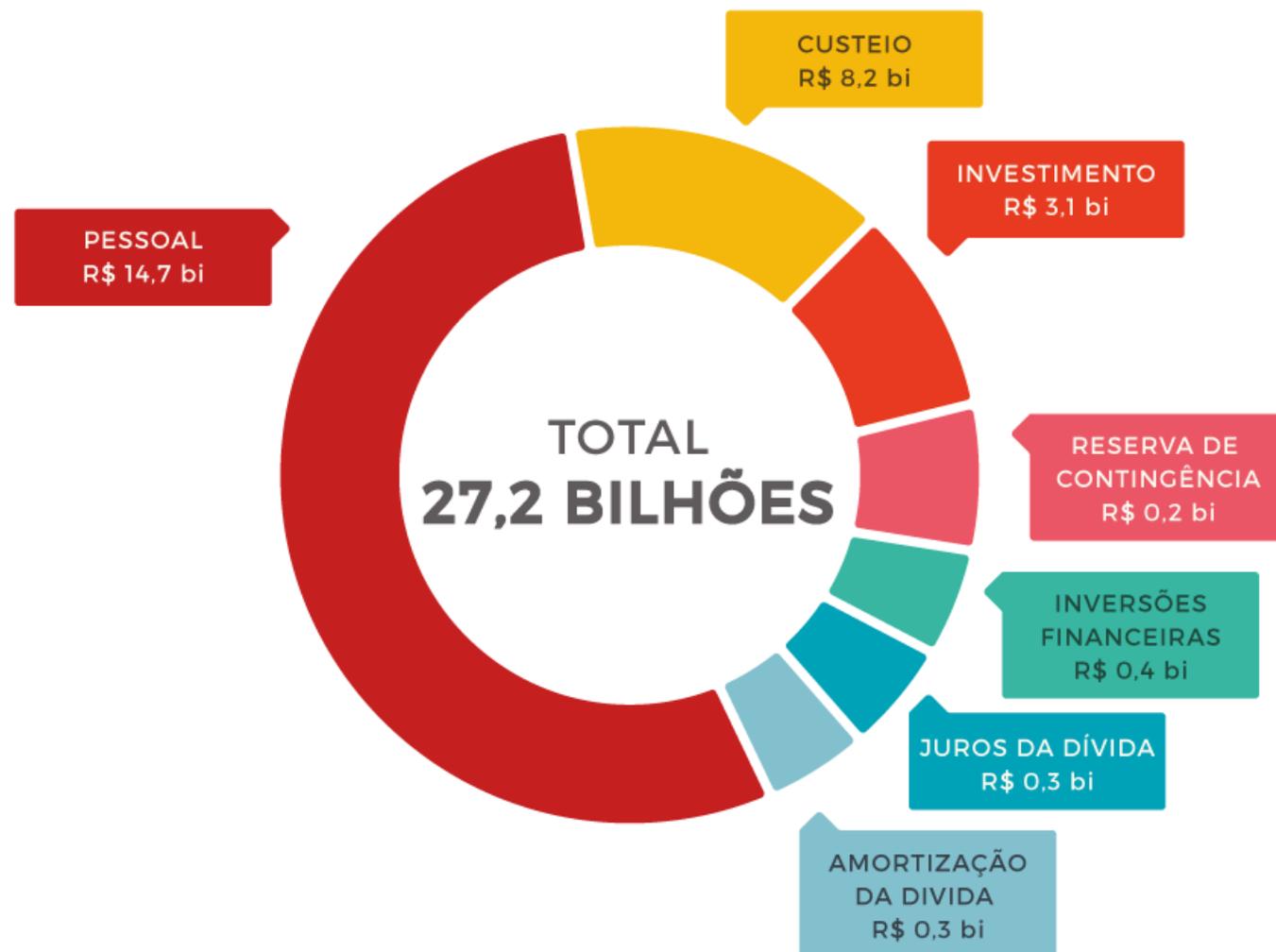


INVESTIMENTOS EM VALORES EMPENHADO

A



ORÇAMENTO 2018 – LOA - TESOURO



A



ORÇAMENTO 2018 – LOA – GASTOS POR FUNÇÃO



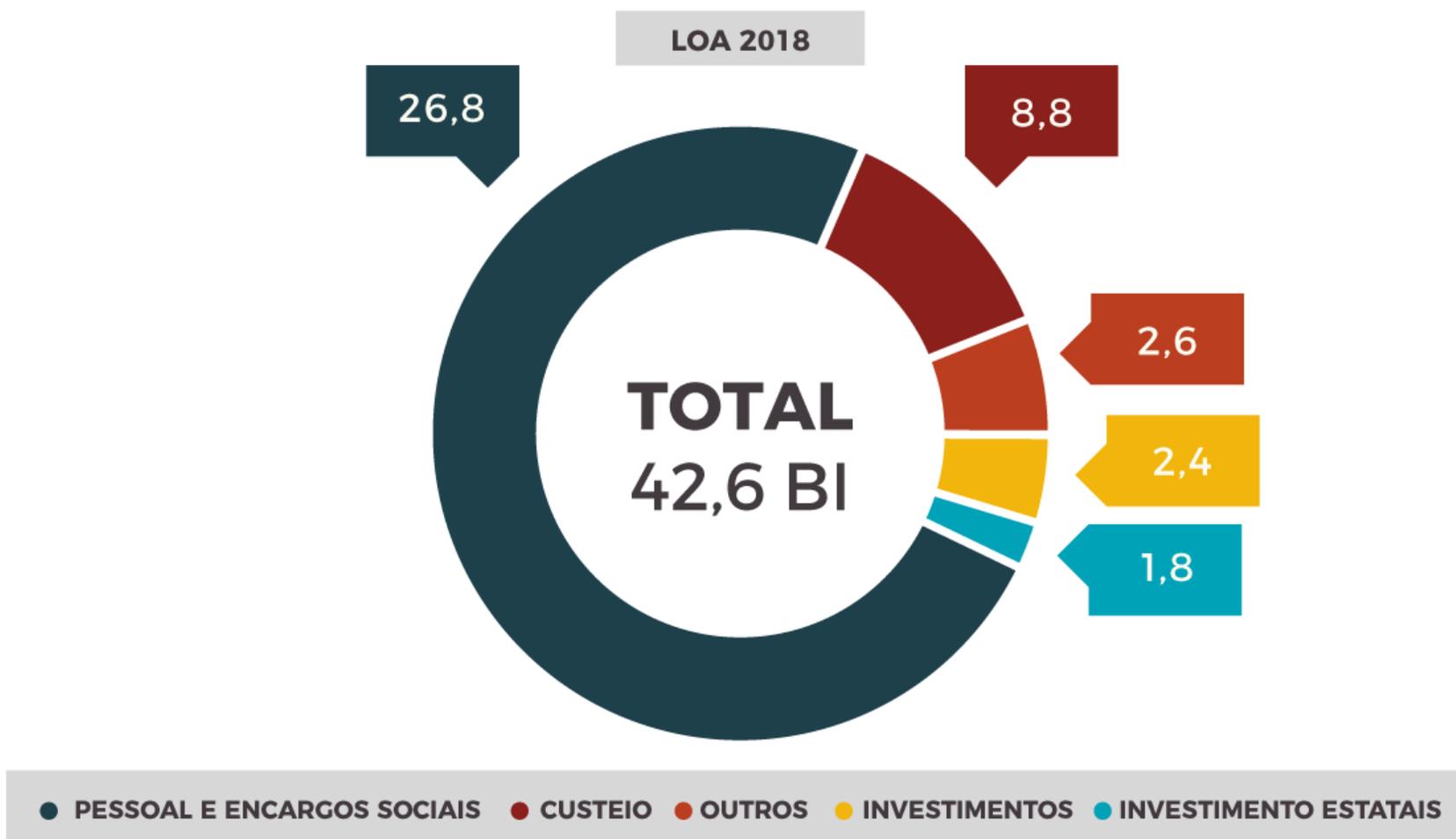
A



ORÇAMENTO 2018 – TESOURO + FCDF

VALORES EM BILHÕES DE REAIS

A



SOLUÇÕES



ESFORÇOS DE GOVERNO, #PACTO POR BRASÍLIA



#GESTÃO DO DÉFICIT



MEDIDAS TOMADAS PARA CONTER DÉFICIT

ALGUNS EXEMPLOS



PESSOAL

- **CORTE DE CERCA DE 4 MIL CARGOS COMISSIONADOS**
- **QUEDA DE 50% NOS GASTOS** EM COMPARAÇÃO COM 2014

ECONOMIA MÉDIA COM CARGOS COMISSIONADOS
APROXIMADAMENTE **R\$ 150 MILHÕES**

A

COM A APROVAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 932, DE OUTUBRO DE 2017, O GOVERNO DEIXOU DE RETIRAR **170 MILHÕES DE REAIS POR MÊS** DOS COFRES PÚBLICOS PARA COBRIR O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO.



CUSTEIO

DEVOLUÇÃO DE 701 VEÍCULOS ALUGADOS
ECONOMIA DE **R\$ 7,3 MILHÕES**
QUEDA DE 55% EM RELAÇÃO A SETEMBRO DE 2014

REDUÇÃO DE 1 MILHÃO DE LITROS DE COMBUSTÍVEL
ECONOMIA DE **R\$ 2,3 MILHÕES**
QUEDA DE 36% EM RELAÇÃO A 2014

TRANSFERÊNCIA DAS SECRETARIAS PARA O MANÉ GARRINCHA
ECONOMIA ANUAL DE **R\$ 22,7 MILHÕES**

NOVO MODELO DE COMPRA
PREVÊ ECONOMIA DE **R\$170 MILHÕES**

REFIS
GEROU RECEITA DE **R\$ 1,6 BILHÃO**, DOS QUAIS JÁ ENTRARAM R\$ 523,9 MILHÕES (ATÉ 19/2)

MEDIDAS TOMADAS PARA CONTER DÉFICIT

REESTRUTURAÇÃO DAS SECRETARIAS

24 SECRETARIAS
(SETEMBRO)



11 SECRETARIAS
SE UNIRAM E FORMARAM 5



CORTE DE 15%

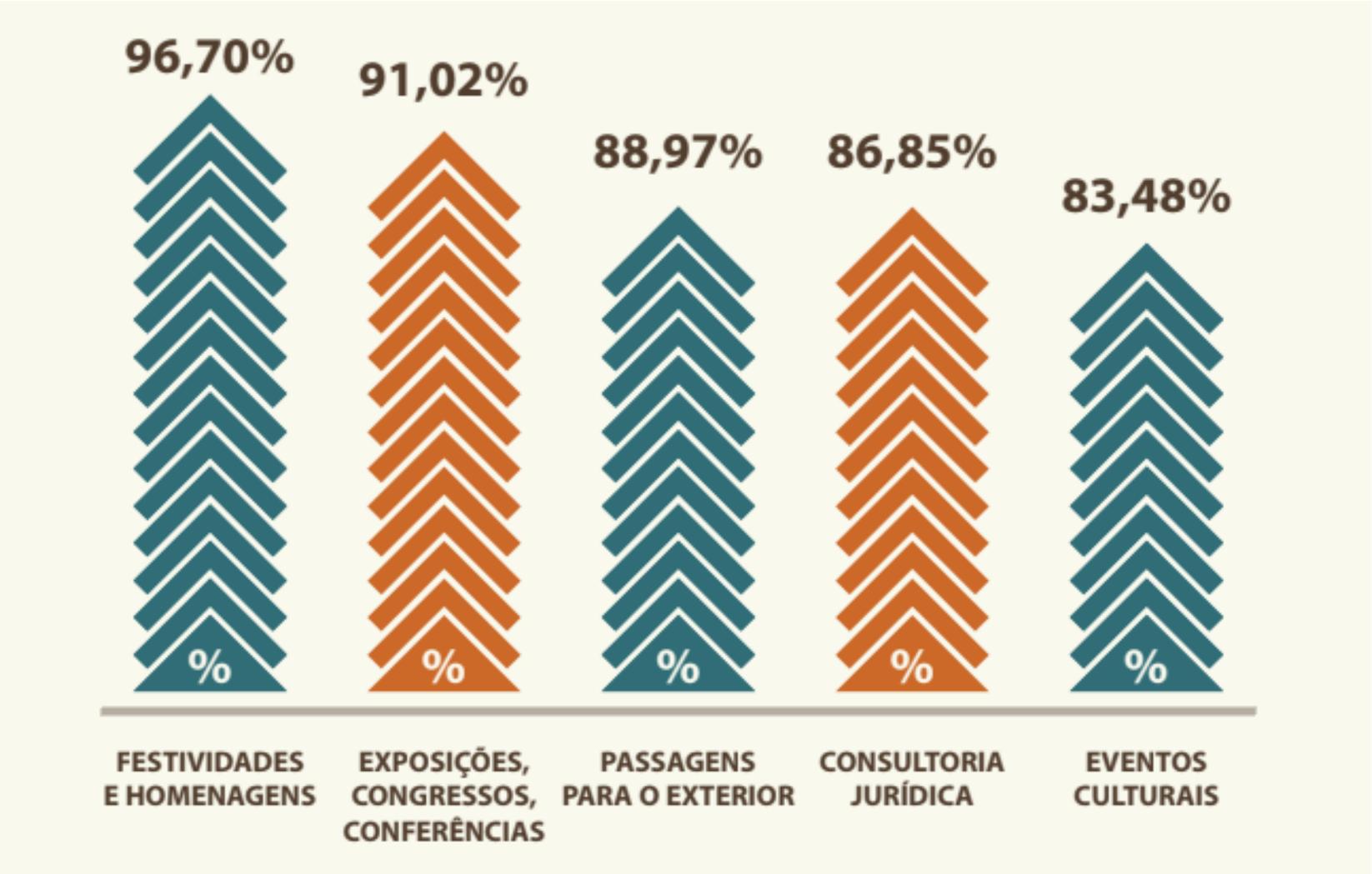
11 SECRETARIAS SE REESTRUTURARAM
INTERNAMENTE (ATÉ O MOMENTO)



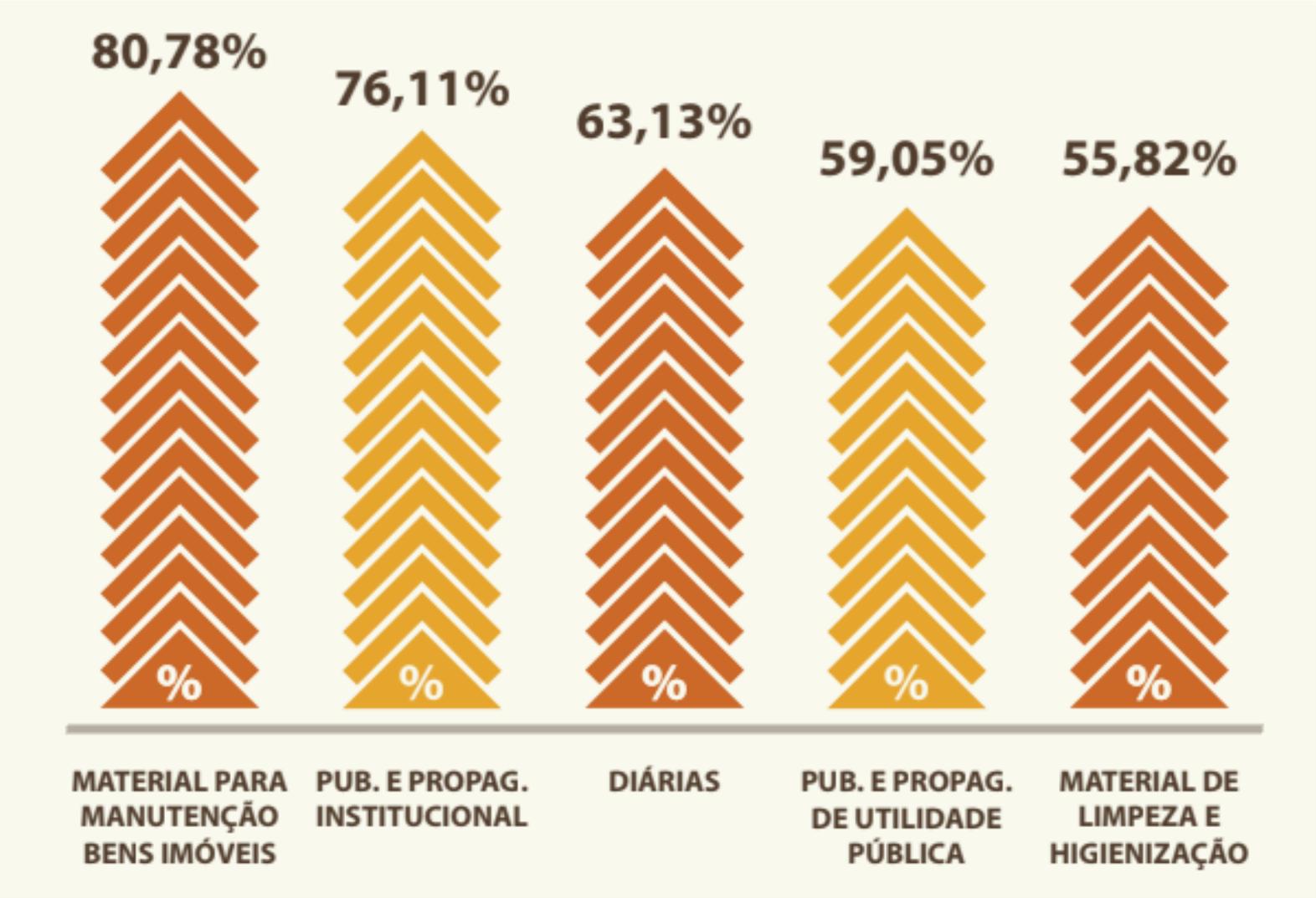
CORTE DE 8,3%



RECURSOS ECONOMIZADOS



RECURSOS ECONOMIZADOS

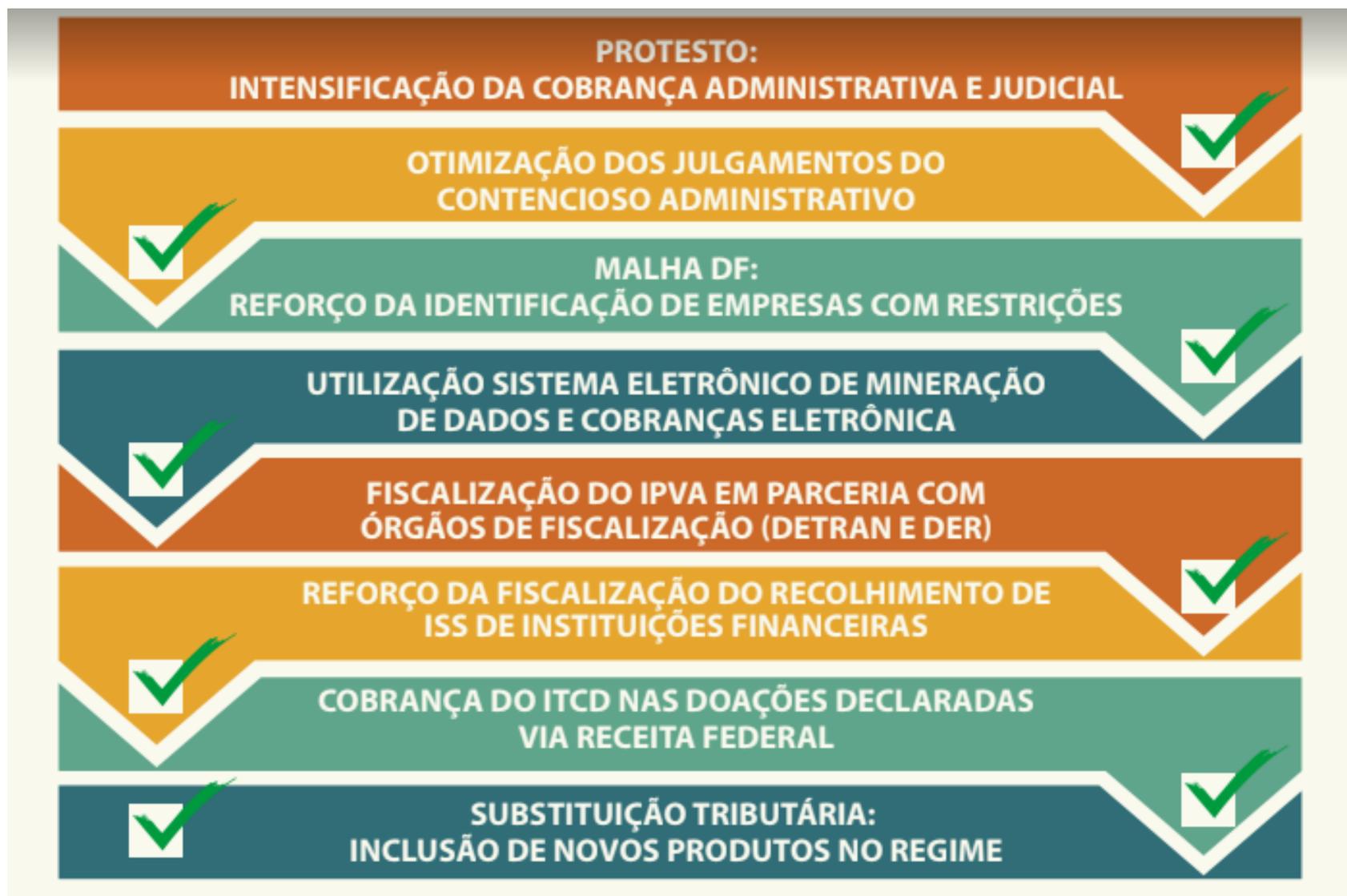


MEDIDAS PARA AUMENTO DE RECEITA

IPTU	CORREÇÃO DA BASE DE CÁLCULO	✗
ICMS	ALÍQUOTA MODAL	✓
ICMS	COMÉRCIO ELETRÔNICO	✓
ICMS	DIFERENÇA DE ALÍQUOTA INTERESTADUAL	✓
ICMS	BEBIDAS E TABACARIA	✓
ICMS	TV POR ASSINATURA	✓
ICMS	FUNDO DE COMBATE À POBREZA	✓
TLP	RECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	✗
ITCD	COBRANÇA DE ALÍQUOTA PROGRESSIVA	✓
ITBI	ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO	✓
NOTA LEGAL	AMPLIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS	✓



MEDIDAS FISCAIS



OUTRAS MEDIDAS – PROJETOS DE LEI E DECRETOS

D	IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO E VOLUNTÁRIO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DEPENDENTES	<input checked="" type="checkbox"/>
PL	DESAFETAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS E AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE 33 IMÓVEIS EM DIFERENTES REGIÕES DO DF	<input checked="" type="checkbox"/>
D	SUSPENSÃO DE NOVOS CONCURSOS, OS CONCURSOS QUE ESTÃO EM ANDAMENTO SERÃO MANTIDOS	<input checked="" type="checkbox"/>
PL	ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO DE PESSOAL (REFORMA LC 840)	<input type="checkbox"/>



OUTRAS MEDIDAS – PROJETOS DE LEI E DECRETOS

D	REDUÇÃO DAS DESPESAS COM CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA, REDUÇÃO DE ÁGUA, LUZ, TELEFONE, ALUGUEIS E DE CONTRATOS CORPORATIVOS	
PL	PROJETOS DE LEI QUE TRATAM DA APOSENTADORIA COMPLEMENTAR, APOSENTADORIA ESPECIAL POR INSALUBRIDADE E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
D	REGISTRO DE PUBLICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEAs)	
PL	ALTERAÇÃO DO FUNDEFE PARA AMPLIAR AS FINALIDADES E DESTINAÇÕES	



OUTRAS MEDIDAS – PROJETOS DE LEI E DECRETOS

D	<p>DEVOLUÇÃO DOS REQUISITADOS QUE NÃO SÃO DO GOVERNO DE BRASÍLIA E GANHAM ACIMA DO TETO (EXCEÇÃO DOS CARGOS DE NATUREZA POLÍTICA E ESPECIAL 1 E 2)</p> 
PL	<p>VENDA DE BENS PÚBLICOS PARA REFORÇO DO CAIXA DO DF E LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDAS, EM ESPECIAL O PAGAMENTO DE DEAs E RAPs</p> 
D	<p>SERÁ OBRIGATÓRIO O REGISTRO CONTÁBIL DAS DÍVIDAS DE QUALQUER NATUREZA NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL (SIAC/SIGGO)</p> 
D	<p> SERÁ COBRADO ÔNUS PELA CESSÃO DE SERVIDORES</p>

